

Como conseguir maior igualdade na democracia?*

ERNESTO OTTONE

INTRODUÇÃO

A América Latina necessita com urgência que suas economias cresçam a taxas razoavelmente altas e estáveis, precisa reduzir seus níveis de desigualdade e de pobreza, ter maior competitividade e capacidade de inovação, melhorar o nível de seus recursos humanos e conseguir maiores níveis de coesão social em suas sociedades, para enfrentar com probabilidades de êxito os desafios da globalização.

Há quem pense que isso se consegue só se deixarmos que o mercado cumpra suas funções e que, se nos armarmos de paciência, veremos como virá a prosperidade e,

em seguida, a justiça social. É a tese de que somente o mercado importa, é a ilusão neoliberal.

Há outros que pensam que o que importa é a distribuição da riqueza nos prazos mais curtos possíveis, que da produção e da produtividade não faltará quem se ocupe. É também uma ilusão doutrinária, ainda que de sinal contrário.

A experiência nos indica que essas visões não produzem resultados positivos. O desenvolvimento com justiça social é um caminho acidentado e os atalhos para chegar à terra prometida simplesmente não existem.

* Documento preparado com a colaboração de Carlos Vergara. Apresentado no seminário "A Economia a Serviço do Homem", Buenos Aires, 12 de abril de 2007.

Isso é ainda mais verdadeiro, se estamos convencidos de que a liberdade e a igualdade são valores inseparáveis, que avançam juntos no caminho do desenvolvimento.

Pensar que uma precede a outra se mostrou historicamente falso. A prevalência da liberdade de empreender sobre a aspiração de igualdade conduz a sociedades com desigualdades intoleráveis e, por fim, a profundas crises políticas e sociais. Pensar que é possível impor a igualdade sacrificando a liberdade fez com que muitos sonhos, nobres em sua origem, terminassem em verdadeiros pesadelos coletivos. O desafio é, então, a conjugação de ambos os valores, crescer e ampliar a liberdade das pessoas em níveis crescentes de igualdade.

Já foram discutidos, e em profundidade, os temas do desenvolvimento na região, da desigualdade, da pobreza e da coesão social. Cabe-me refletir sobre o vínculo desses processos com o âmbito político. Permitam-me, entretanto, fazer breve referência, tendo em mente os dados já publicados, ao tema da desigualdade e da pobreza em nossa região.

I. A DESIGUALDADE E A POBREZA

A América Latina, se diz com frequência, é a região do

mundo que mostra a maior desigualdade de renda no mundo. Isso não só é verdade, como representa um obstáculo ao desenvolvimento e se torna eticamente intolerável, do mesmo modo que os elevados níveis de pobreza de cerca de 40% da população.

Mas também é verdade que a América Latina é um continente de renda média; vale dizer, distante dos níveis dos países da OCDE (mais de 25 mil dólares *per capita*), mas também distante da renda média de regiões da África e da Ásia (de cerca de mil dólares).

É certo que o mais igualitário dos países da América Latina tem uma distribuição de renda muito mais desigual que o mais desigual dos países desenvolvidos da OCDE. Mas também é verdade que uma pessoa pobre da América Latina, com sua renda, tem muito mais acesso a bens e serviços do que uma pessoa pobre do sul da Ásia. Uma sociedade homogeneamente pobre – e, portanto, igualitária na pobreza – não é necessariamente mais virtuosa do que outra de rendimentos médios, mas com maior dispersão e, conseqüentemente, menor igualdade.

A desigualdade de renda na América Latina tem sua base e sua origem em uma etapa muito longínqua de sua história e se relaciona com as características

próprias que o processo de colonização (basicamente espanhol e português) assumiu no continente.

Desse modo, a propriedade dos principais ativos sempre foi extremamente concentrada: a propriedade da terra o foi desde sempre (cabe recordar a instituição da *encomienda*, mediante a qual a Coroa dava a concessão de uso de enormes extensões de terra nas quais havia trabalho semi-escravo); a propriedade das riquezas minerais – ouro e prata na época colonial, estanho e cobre na segunda metade do século XX –, e a concentração dos ativos educacionais, que se arrasta até o dia de hoje na maioria dos países da região.

Essa concentração histórica dos ativos produtivos foi sempre acompanhada pela concentração da influência social e do poder político nas mesmas elites que concentram o poder econômico.

O contrato social que possibilitou a construção do Estado de Bem-Estar na Europa não ocorreu na América Latina. Somente em alguns países, basicamente naqueles de urbanização precoce, ocorreram processos parciais de proteção social que conseguiram incluir setores médios e populares urbanos com alta capacidade de pressão. A discriminação de classes sociais, a discriminação étnica e a

discriminação de gênero mantiveram a exclusão de amplos setores da população.

Em consequência, a desigualdade de renda que caracteriza a América Latina não é produto do desenvolvimento recente da região, não é produto da globalização, mas conviveu com todos os modelos de desenvolvimento latino-americanos dos últimos 200 anos.

O contexto acima descrito torna indubitavelmente mais complexo o debate sobre como alcançar níveis mais altos de igualdade nas sociedades contemporâneas, particularmente em uma América Latina muito desigual. Esping-Andersen (2005) afirma que a questão central tem relação com as oportunidades. O que é preciso investigar, segundo esse autor, é se as crescentes desigualdades de renda que se apresentam hoje em dia são acompanhadas de uma crescente desigualdade das oportunidades entre as gerações. Acrescenta, além disso, que a evidência sugere que não há piora das chances de mobilidade e que, em alguns poucos países, as oportunidades inclusive melhoraram.

Outros autores sustentam que é preciso observar detidamente como melhoram (ou pioram) as oportunidades e as condições de

vida do segmento mais pobre e vulnerável da população e dar menor importância à análise das distâncias entre ricos e pobres.

Outros, seguindo Rawls, defendem que o justo é que – quando a riqueza total aumente – todos os segmentos da sociedade ganhem algo e não que todos ganhem o mesmo. O injusto, nesse caso, não é que alguns ganhem mais que outros, mas que haja aqueles que nada ganhem.

A idéia de Luhman e Habermas, segundo a qual as sociedades são compostas cada vez mais por subsistemas relativamente autônomos, permite pensar na noção da “igualdade complexa”, ou seja, de que as desigualdades não se dariam de forma homogênea em todos os terrenos. Em outras palavras, não somos “igualmente desiguais” em tudo. Assim, por exemplo, a desigualdade no acesso a certos bens de consumo material, e particularmente aos simbólicos, não se reproduz no mesmo grau que a desigualdade na renda.

O certo, em todo caso, é que não é pertinente nem correto tornar sinônimas as noções de desigualdade social e de distribuição da renda proveniente do trabalho. Pode-se argumentar que esta última é um componente fundamental da primeira, mas de modo algum é o único.

Quando se diz que a desigualdade da América Latina se mantém tal como era há meio século, ou quando se diz que tal ou qual país não melhorou em termos de desigualdade, só uma parte da verdade está sendo dita. Pode ser que os indicadores mais clássicos de distribuição de renda permaneçam inalterados, mas isso pode ocorrer ao mesmo tempo que uma diminuição bastante significativa da pobreza, com aumento de coberturas e de qualidade na atenção de saúde, expansão da educação e maior acesso a bens e serviços.

Vejamos, por exemplo, o caso do Chile, país que teve por anos um crescimento sustentado e estabilidade política possibilitados por um processo de reformas levado adiante desde o retorno da democracia. Ainda que os indicadores de distribuição de renda tenham melhorado pouco em relação ao período da ditadura (de 18,1% para 14,5%), na razão de renda entre o quinto quintil e o primeiro quintil, a pobreza diminuiu de 38,5%, em 1989, para 18,8% em 2003, e a indigência de 12,9% para 4,7%; esses índices serão ainda mais baixos em 2007. Porém, se à simples distribuição de renda incorporamos as transferências monetárias e os subsídios de educação e saúde, os

14,5% caem para 7,6%. Se, além disso, consideramos outros acessos a bens públicos e privados, poderemos observar que em 17 anos houve uma imensa mudança na vida dos mais pobres. Nada disso é satisfatório em termos do “dever ser” da sociedade a que aspiramos, mas são passos gigantescos aos quais é necessário dar prosseguimento.

Por isso, é preciso ser cauteloso na hora de fazer juízos categóricos a respeito do que comumente se denomina desigualdade. É mais virtuoso baixar um par de pontos o índice de Gini ou reduzir à metade a porcentagem de famílias que vivem na pobreza? É mais desejável uma sociedade na qual as famílias pobres melhorem substantivamente seu acesso a bens e serviços ou uma em que os ricos ganhem menos dinheiro? Claro, o ideal seria que tudo melhorasse muito e na mesma velocidade, mas as coisas não acontecem assim no mundo real, e, diante dessas duas perguntas, eu decididamente prefiro que haja menos pobres e que os ricos estejam submetidos a regras de tributação que assegurem sua responsabilidade social.

Em outras palavras, não se deve confundir a desigualdade de renda com a desigualdade social. Trata-se, no fim das contas, de que todas as pessoas possam ter acesso a um piso de bens e serviços e de que os

avanços igualitários evoluam para cima, na direção de uma sociedade igualitariamente mais próspera.

Por isso, nos parece adequado falar da noção de “distribuição do bem-estar e das oportunidades”, que permite abarcar melhor a complexa realidade da América Latina. Certamente é preciso procurar uma melhor distribuição de renda, mas também é preciso aumentar os esforços de políticas públicas para atingir uma melhor distribuição do bem-estar e das oportunidades em um sentido mais amplo.

A distribuição do bem-estar tem quatro componentes: o acesso aos bens de consumo e aos serviços básicos, a evolução da pobreza, o acesso às oportunidades e a distribuição de renda.

Somente se formos capazes de enxergar o conjunto do processo em seus diversos componentes, poderemos avaliar se avançamos pelo caminho correto, se estamos estagnados ou se, lamentavelmente, retrocedemos.

2. A POLÍTICA

O crescimento baixo e volátil, as crises profundas como as que vivemos nos séculos XX e XXI, antes da relativa bonança atual, foram acompanhados por uma grande fragilidade política e até por uma certa desafeição ao sistema

democrático. Ressurgiram atmosferas sociais que podem minar os sistemas de negociação dos conflitos e favorecer as ofertas populistas; emergem reações identitárias antimodernas de sinais opostos, que se caracterizam por serem simplistas, essencialistas e unilaterais e por não perceberem a necessidade de que o entendimento de nossa identidade deve se dar após a aceitação de sua contínua transformação e historicidade, ao invés de assumi-la de uma maneira estática e dogmática.

A aguda percepção de injustiça social, de que quem paga as crises são “os de baixo” e a percepção, em vários países, das elites políticas como elites corruptas e da globalização como uma conspiração dos países ricos para explorar os países pobres é uma realidade que se reflete no aumento de posições nacionalistas e extremadas, assim como no descrédito de muitos dos governantes pela opinião pública, no desprestígio dos partidos políticos e na extrema volatilidade do voto.

A América Latina tem uma história muito frágil em matéria democrática, basta apontar que em 1930 a região contava com somente 5 governos democráticos, em 1948, com 7 e, em 1976, com apenas 3 (PNUD, 1994). Os profundos avanços nesse terreno nas últimas décadas, em que praticamente a

totalidade dos países latino-americanos, com maior ou menor solidez, adotou o sistema democrático, constituem um patrimônio ao mesmo tempo precioso e precário.

Na fragilidade da construção democrática na região, refletem-se tanto problemas comuns aos sistemas democráticos em todo o mundo como os limites históricos do próprio desenvolvimento da América Latina e sua pesada herança de descontinuidade democrática.

Em âmbito universal, a democracia se encontra pressionada tanto pelo processo de globalização como pelo de revolução da informação, que gera a centralidade da imagem, a tendência a uma “doxocracia” sem limites e os perigos de uma relação perversa entre política e espetáculo que coloca grandes questionamentos ao conjunto dos partidos políticos, ao parlamento, à relação entre eleitores e eleitos e à produção de sentido da política.

Esses problemas se apresentam na América Latina agravados pela desigualdade e pela exclusão social, às quais se somam fenômenos de crescente amplitude como a economia criminosa gerada pelo narcotráfico e extensas práticas de corrupção que têm um efeito cancerígeno sobre o funcionamento do sistema político.

Se revisarmos com objetividade o panorama político latino-americano, veremos que o nó górdio do momento atual se encontra na escassa legitimidade dos sistemas políticos e na falta de solidez de sua construção institucional. Existe uma demanda cidadã que pede mais Estado, mais institucionalidade, mais sistemas de justiça e de segurança pública, mais gestão pública. Em muitos países, a extrema debilidade da resposta pública frente a esta demanda gera um vazio que pode frustrar o desenvolvimento e dar início a um novo ciclo de populismos, de esquerda ou de direita, integrista identitário ou modernista autoritário, no qual a sociedade civil que procura articular-se com o Estado seja substituída por uma sociedade incivil, o que levaria à paralisação do esforço de desenvolvimento ou a sociedades com um nível de conflito insustentável.

A crise de legitimidade política é um grande obstáculo ao caminho democrático para o desenvolvimento, ou seja, àquele que pressupõe, para resumir com clareza, os conceitos de Bobbio sobre a democracia.

Sobre a “democracia mínima” ou procedimental, que extrai seu valor nesse princípio irrefutável de que é melhor “contar cabeças do que cortar cabeças” e pressupõe que a

existência de procedimentos acordados e de regras é a base de uma convivência civilizada. Governo das leis, Estado de Direito, rede de liberdades, diminuição do arbítrio dos homens, canalização pacífica dos conflitos e limitação da força.

“Podemos falar de democracia – diz Bobbio – quando as decisões coletivas são adotadas pelo princípio da maioria, mas quando participam dessas decisões direta ou indiretamente (...) a maior parte dos cidadãos”. Acrescenta, em seguida, que isso implica que os cidadãos estejam livremente colocados ante alternativas reais e que as minorias sejam respeitadas e possam se tornar maioria, se assim os cidadãos decidirem.

Essa concepção é o “verbo” da democracia, seu ABC, como bem nos dizia Stuart Mill, depois vêm as outras letras.

Mas o mesmo Bobbio nos fala da “democracia exigente”, quando nos aponta a necessidade de reclamar à democracia um compromisso, simultâneo, com a liberdade e com uma maior igualdade nas condições materiais de vida (...), uma certa vontade igualitária no sentido de utilizar o poder do Estado para contribuir com a diminuição das desigualdades materiais mais manifestas e injustas, tanto mais porque a presença de tais desigualdades em qualquer sociedade

EM FOCO

pode tornar ilusório e vazio, para aqueles que as sofrem, o desfrute e o exercício das próprias liberdades.

3. O CAMINHO DEMOCRÁTICO

O caminho democrático implica quatro grandes características:

1. Requer consensos básicos da sociedade e grandes acordos políticos. Cabe recordar que, nos últimos vinte anos, na América Latina houve 14 presidentes que foram democraticamente eleitos, mas que não conseguiram terminar seu mandato presidencial nos prazos e formas previstos. Todos esses desenlaces pouco felizes ocorreram em sistemas políticos estruturados sobre uma base constituída de governos que não contavam com maioria política, em que não havia acordos com o Parlamento e em que o povo observava as ações políticas à distância. Daí a necessidade de construir maiorias políticas que se constituam na base de governos estáveis e eficientes, capazes de conviver com oposições com sentido de Estado.
2. Requer uma visão de país, de natureza estratégica e de longo

prazo. Na história política da América Latina foram comuns não somente os governos de minoria, mas também que os objetivos dos governos se esgotassem no tempo do seu mandato presidencial. É válido afirmar que trabalharam, no melhor dos casos, com uma visão de país que não ia além de alguns anos. E de alguma maneira isso era algo natural. Era comum que a equipe de governo que assumia o fizesse convencida de que aqueles que saíam tinham feito pouco ou nada; os que saíam corriam ao Parlamento para fazer uma oposição sem trégua ao novo governo. Cada novo governo pretendeu ser fundador. Um país é antes de tudo uma comunidade moral. Tem um passado, um presente e aspira a um certo futuro. Contar com um olhar amplo e trabalhar com uma perspectiva estratégica significa se posicionar no fio condutor da história da nação, delimitar um horizonte e avançar sem nunca perder o rumo. Avançar com sentido estratégico é, inclusive, mais do que somar boas políticas públicas, é ter um horizonte claro e nacionalmente compartilhado em direção ao qual essas se orientem.

3. É necessariamente gradualista. Quero citar a respeito uma frase do presidente Ricardo Lagos: “E por que escolhemos o caminho da Reforma? Porque se trata de fazer todos progredirem. O avanço para o progresso é evolutivo; exige construir a cada passo novos consensos, novas maiorias. O mundo novo não nasce de uma vez e para sempre por obra de um salto abrupto: nasce todos os dias, como uma árvore que brota galho por galho, folha por folha. Nenhuma via rápida pode substituir o esforço cotidiano por alcançar novos acordos que permitam ampliar ainda mais as possibilidades de todos, os direitos de todos, as liberdades de todos”.¹ Certamente, trabalhar com perspectiva estratégica caminha junto com a geração de uma comunidade de objetivos nacionais que permita que um governo construa sobre a base daquilo que já foi construído. É a idéia da construção de um edifício: temos uma idéia comum sobre seu projeto, como serão os apartamentos, as entradas de luz, os janelões, os jardins, os estacionamentos, os espaços para as crianças e as facilidades para a terceira idade. Entretanto, o quarto andar se constrói sobre o terceiro, e o quinto sobre o quarto. O que já não é possível aceitar é que, por causa de um desacordo radical sobre a idéia final de como deve ser o edifício, o primeiro andar seja construído mais de uma vez e que nunca se passe à construção do segundo.
4. O Estado é insubstituível em sua tarefa de distribuir os benefícios do crescimento a toda a população, através de políticas públicas fortes, eficazes e eficientes. É o único caminho pelo qual aqueles que têm uma posição fragilizada no mercado podem ter acesso a bens públicos de qualidade. Essa função insubstituível do Estado significa, nada mais, nada menos, que a justiça social e a construção gradual da equidade se relacionam com a política e não com o mercado. A política, a vontade política dos partidos e dirigentes é a chave para saber para onde irão os frutos do crescimento. Isso, que parece óbvio, nem sempre o foi.

1. Mensagem presidencial, 21 de maio de 2004.

É um caminho tremendamente exigente, que exige romper os corporativismos de todo tipo e transformar o Estado para que seja capaz de responder às necessidades e aspirações da grande maioria da população, de neutralizar ao máximo as dificuldades da globalização e aproveitar suas oportunidades.

É uma colocação mais próxima do pensamento “débil” de Vattimo do que de visões absolutistas, fundamentalistas ou unilaterais. Não espera “tudo” da política, como o pensamento revolucionário estabeleceu, ou “tudo” do mercado, como o pensamento conservador ou neoliberal.

Para essa visão reformadora, não é possível esperar do mercado nenhuma moral distributiva e, conseqüentemente, a lógica não igualitária do capitalismo deve ser contrabalançada por uma vontade política que se incline à igualdade de oportunidades e de compensação de desigualdades, que estabeleça um “mínimo civilizatório” para todos, no qual “sejamos todos iguais, não em tudo, mas pelo menos em algo”.

4. É POSSÍVEL CONSEGUIR ISSO?

Como avançar? Como romper a transmissão intergeracional da desigualdade social? Isso é possível? Minha resposta é sim, ainda que seja difícil.

Em decorrência do que expus, poderia existir a tentação de trocar o famoso “*it’s the economy, stupid*” por um “*it’s politics, stupid*”, mas isso não seria adequado, pois, como sempre, os problemas são acarretados por uma combinação de fatores. Estou convencido, porém, de que o obstáculo político-institucional constitui um eixo ineludível dos grandes problemas a superar.

Trata-se, então, de superar a atual debilidade política dos países da região, e essa tarefa é dos latino-americanos. Desgraçadamente, não temos ninguém em quem colocar a culpa. É indispensável o desenvolvimento de sistemas políticos que permitam abranger a diversidade, mas que propiciem coesão social, e nos quais as regras do jogo sejam respeitadas e transparentes. Ou seja, “mais governo das leis, menos governos dos homens”, como nos diz Norberto Bobbio. Reivindicação do que é público e de um sistema democrático forte, que somente pode ser fruto de um sistema político com grande capacidade de agregação e com uma vocação simultânea de se integrar ao mundo e reduzir as desigualdades em suas múltiplas manifestações.

É necessário considerar que a América Latina é um continente heterogêneo, com distintos níveis de desenvolvimento, de solidez

institucional e de níveis de pobreza. Mas também de distintos tamanhos de população e de mercados internos. Por isso, uma política moderna não pode nem deve ser uniforme a todos os países, mas sim reconhecer sua diversidade. O tamanho dos mercados e a estrutura de renda nacional são variáveis muito relevantes na hora de definir políticas públicas apropriadas e orientadas à justiça social.

Também é necessário considerar que a América Latina é um continente multicultural (mais de 700 etnias), com imensa riqueza de seus povos originais, de sua mestiçagem. Compartilha traços culturais, históricos, de língua, de sincretismos e particularidades culturais que os unem. A identidade cultural entendida como base de abertura e enriquecimento permanente é uma força e uma variável central no desenvolvimento dos países na globalização e um elemento central de uma política moderna.

Todavia, se a institucionalização da democracia tende hoje a girar em torno da idéia de amplos acordos, isso contrasta com a falta de presença pública e de acesso a decisões de uma parte importante da população. Amplos setores que se encontram à margem do desenvolvimento produtivo, territorialmente segregados e sem

capacidade para ser representados pelos partidos políticos não têm acesso ao diálogo político.

Por outro lado, a falta de confiança popular nos órgãos de justiça, proteção e segurança gera condições para a transgressão da lei e o enraizamento da violência.

Finalmente, um grande obstáculo ao fortalecimento democrático é a falta de acesso de uma parte da população à ampliação do conhecimento, à informação e à comunicação que são indispensáveis para adaptar-se aos novos cenários produtivos, à participação no intercâmbio comunicativo da sociedade e a um acesso igualitário à vida pública.

Fortalecer a ordem democrática implica, conseqüentemente, desenvolver um compromisso de todos os atores e setores sociais com o respeito às regras de procedimento da institucionalidade democrática, articular os grupos sociais heterogêneos dentro de um sistema político capaz de representar suas demandas – vale dizer, capaz de institucionalizar politicamente essas demandas e de traduzi-las em intervenções que assegurem recursos para alcançar níveis de equidade aceitáveis –, desenvolver mecanismos próprios da sociedade civil que fortaleçam relações de solidariedade e responsabilidade social, impulsionar uma cultura pluralista

que favoreça melhores níveis de inclusão, confiança, convivência e comunicação, e estimular a filiação progressiva de grupos sociais a redes de apoio ou interação que lhes permitam uma maior integração e participação (CEPAL, 2000).

O tema da confiança é um tema central da democracia. É preciso descartar as relações do tipo amigo-inimigo, desenvolvendo os espaços e ocasiões nos quais os conflitos naturais de interesses podem ser resolvidos. A passagem da pluralidade ao pluralismo e da tolerância passiva à tolerância ativa somente pode ser feita por meio de um trabalhoso caminho gradativo, mas urgente frente às crises que hoje vivemos na região, que, como bem sabemos, são demasiadas e demasiadamente dramáticas.

Acrescentarei, em seguida, dois últimos elementos para reflexão. A democracia não vive somente de participação, pluralismo e direitos, mas também de deveres e do exercício da autoridade no marco da lei.

Uma democracia para funcionar e ser efetiva necessita de uma autoridade, evidentemente legitimada por regras de procedimentos democráticos, mas com capacidade de condução. Uma democracia incapaz de negociar e resolver os litígios internos de uma sociedade somente pode resultar em estagnação e ruína.

O outro elemento para reflexão surge da observação do panorama político atual da região. Sem dúvida, é um panorama muito mais diverso e heterogêneo que o de anos anteriores. É evidente que a aspiração de justiça social caracterizou muitos dos processos eleitorais dos últimos anos e elegeu, através do voto, governos cuja promessa central é a justiça social e o atendimento de reivindicações centenárias de setores excluídos até muito recentemente do poder político. Tudo isso pode ser um grande passo adiante, se não se desfizer o binômio básico da democracia, a liberdade e a igualdade; se terminar com a “negação do outro”, não se transformará na “negação do outro outro”, com a negação do antigo negador. Ou seja, se a exigência de justiça que reclamamos para a democracia não terminar cerceando ou diminuindo-a em seus aspectos básicos.

A esse caminho, gradual mas persistente, subjaz indiscutivelmente a idéia de que o êxito da região deve ser medido mais pelo nível de dignidade de vida dos menos favorecidos do que pelas médias estatísticas.

Portanto, devemos trabalhar obstinadamente para conseguir democracias sólidas e metas realistas mais próximas, como afirma Lévi-Strauss, de um humanismo ponderado do que de um humanismo exasperado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATKINSON, Robert D. Inequality in the new knowledge economy. In: GIDDENS, Anthony, DIAMOND, Patrick. *The New Egalitarianism*. Cambridge, U.K.: Polity Press, 2005.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. Inequality of incomes and opportunities. In: GIDDENS, Anthony, DIAMOND, Patrick. *The New Egalitarianism*. Cambridge, U.K.: Polity Press, 2005.
- OTTONE, E., PIZARRO, C. *Osadía de la Prudencia*. Santiago: FCE, 2003.

ERNESTO OTTONE
Secretário Executivo Adjunto a.i. da *Comisión Económica para a América Latina y el Caribe* (CEPAL).